

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) – Comunicação de Líder:**

Sra. Presidenta, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, colegas vereadores, vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem neste momento. Eu venho aqui em nome das bancadas do Partido dos Trabalhadores, do PSOL, também do PDT, fazer uma análise, trazer uma grande vitória que a cidade de Porto Alegre conquistou na última semana a respeito do transporte público municipal.

O transporte público municipal, nos últimos dez anos, vem sofrendo uma degradação e uma decadência fantástica, e o poder público municipal vem se eximindo da sua responsabilidade, como concedente desse serviço público, de fazer o planejamento, a fiscalização e de aplicar a legislação.

Recentemente, o prefeito Marchezan, por decreto, contrariando a legislação que nós aprovamos aqui nesta Casa, retirou o direito adquirido da população de ter a segunda passagem gratuita. A nossa bancada, junto com o PSOL e com o PDT, depois de não conseguir o diálogo na política, depois de trazer o tema para querer discutir e não ser recebido, nem visto, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Oliboni, Ver. Adeli Sell, nós somos contra judicializar a política, mas quando arbitrariedades são cometidas, desrespeitando esta Casa, desrespeitando a população de Porto Alegre, é a ferramenta que nos resta, se recorreu à Justiça, que determinou que volte a segunda passagem no sistema de transporte público de Porto Alegre. Isso foi uma conquista da cidade de Porto Alegre, e o bloco de oposição, que encabeçou este tema... também aqui nós, do Partido dos Trabalhadores, apresentamos um projeto de lei nesta Casa ainda no ano de 2014. Este projeto foi derrotado pela maioria, que não aceitou que Porto Alegre regulamentasse a Lei nº 12.557, a Lei Nacional da Mobilidade Urbana, que determinou que a responsabilidade pelo caixa da bilhetagem eletrônica é do poder público municipal de Porto Alegre. O poder público deve pagar as empresas conforme os serviços que elas realizam. Vejam bem aqui, principalmente aos liberais, que vêm aqui acusar que nós somos contra os empresários, nós somos favoráveis aos bons empresários. Por falar disso, eu posso dizer que a CPI que o Senador Paim coordenou sobre o sistema previdenciário apresentou a lista, Ver. Robaina, que o setor empresarial deve para o INSS R\$ 450 bilhões. Então, nós combatemos esses empresários que roubam da população brasileira e defendemos os empresários que trabalham com justiça e estamos aqui para dizer que é necessário, sim,

uma reforma tributária neste País. Agora, Porto Alegre conquista uma vitória por uma ação e uma determinação do bloco de oposição desta Casa. Cumprimento aqui também o Ver. Robaina, nosso Líder, que conjuntamente fizemos este enfrentamento, e a segunda passagem, que é um direito adquirido, que é um direito da cidadania, voltou a funcionar. E pedimos ao Líder do Governo aqui que fiscalize o sistema de transporte porque os ônibus estão andando aos pedaços, quebrando pelas ruas da cidade e, ao mesmo tempo, atrasando seus horários, não cumprem o horário. E a prestação de contas, Ver. Mônica, para concluir, do sistema de transporte público, nós gostaríamos de saber quantos milhões tem em caixa da arrecadação antecipada da bilhetagem eletrônica e que não é revertido para qualificar o sistema de transporte conforme determina a legislação. A Prefeitura de Porto Alegre, prezado Moisés, tem um trabalho muito frágil que não faz essa fiscalização, e o senhor – como eu, que mora e atua na periferia – sabe o que é uma pessoa ficar esperando um ônibus que é para passar às 7h, o outro às 7h15min e o outro às 7h30min, mas só passa o das 7h, não passa o das 7h15min nem o das 7h30min e ninguém fiscaliza, ninguém cobra, ninguém se responsabiliza. Portanto, essa vitória obtida, precisamos ainda avançar e exigir do Executivo Municipal a fiscalização para melhorar o sistema do transporte público de Porto Alegre. Um grande abraço e muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)